

**LVIII CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DE MINAS GERAIS**

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA GRUPO TEMÁTICO II

QUESTÃO 1 – Valor: 4 (quatro) pontos.

Considere o seguinte caso fictício:

Em 9 de junho de 2020, véspera de sua posse como promotor de Justiça na Comarca de Gotham City, interior de Minas Gerais, Harvey Dent chama dois jovens juristas, Richard Grayson e Jason Todd, para um almoço às 13h na “Cantina do Lucas”, famoso restaurante de Belo Horizonte, situado no Edifício Maletta, Av. Augusto de Lima, 233, Centro da Capital.

No encontro, Harvey convida os dois para integrarem sua assessoria. Entretanto, como condição para a nomeação e permanência no cargo, impõe a cada um deles o pagamento mensal de 20% do salário de 5 mil reais, previsto para o cargo de assessor de promotor.

Constrangidos, mas precisando do trabalho e do dinheiro, os jovens se submetem ao esquema proposto, sendo, então, nomeados a pedido do promotor.

A partir disso, passam os dois assessores a trabalhar regularmente na Promotoria de Justiça da cidade, cumprindo corretamente com todas as suas obrigações funcionais e, a partir de 1º de agosto de 2020, a sacar, no primeiro dia útil de cada mês, a quantia estipulada, que entregam em espécie ao promotor.

Para o terceiro cargo de assessor a que tem direito em seu gabinete, Harvey Dent faz a indicação e obtém a nomeação e posse, em 1º de julho de 2020, de seu grande amigo, Oswald Cobblepot, fazendo-o apenas para que ele (Oswald) passe a receber integralmente o salário previsto para o cargo, mas dispensando-o de trabalhar. Embora sequer tenha acesso aos processos em que, em tese, deveria assessorar o promotor, Oswald comparece diariamente à sede do Ministério Público em Gotham, para passar seu crachá de servidor na catraca eletrônica e marcar seu ponto eletrônico, o qual, ao final de cada mês, é aprovado também eletronicamente pelo promotor. Na sede da promotoria, permanece

aparentando trabalhar, embora utilize o computador da promotoria apenas para se dedicar às suas atividades pessoais. Ao ser apreendido e levado à perícia, constatou-se que no computador utilizado por Oswald não havia sequer documentos salvos ou registros de visitas a *sites* jurídicos, mas apenas arquivos de curiosidades sobre a fauna da Antártica.

Todos os fatos narrados acima ficaram amplamente comprovados em Procedimento Investigatório Criminal - PIC nº 0024.20.051939-2, instaurado e instruído no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, com apoio do investigador de polícia James Gordon e culminou com a operação denominada “ano-novo, duas-caras”, que no dia 1º de janeiro de 2021 cumpriu mandados de busca e apreensão e determinou o afastamento cautelar de todos os envolvidos dos cargos, com prejuízo dos vencimentos. Apesar das provas contundentes, os investigados, em todos os seus depoimentos, negaram os fatos ou fizeram uso do direito ao silêncio.

Assumindo a condição do órgão de execução do Ministério Público com atribuições para o caso, redija a peça inicial acusatória, nela incluindo todos os pedidos, inclusive e na mesma peça os que seriam cabíveis em cota/encaminhamento, cuja apresentação é desnecessária.

(máximo de 60 linhas)

QUESTÃO 2 – Valor: 2,0 (dois) pontos.

Considerada a estrutura “tripartida” do delito (tipicidade/ilicitude/culpabilidade), o denominado “déficit de imputação” (que deve ser conceituado na resposta) do agente instrumento, na autoria mediata, pode referir-se a quais dos elementos constitutivos do ilícito penal? É possível que se configure a autoria mediata no caso do agente instrumento não atuar tipicamente? Em que consiste o denominado “erro de domínio” e qual sua consequência no âmbito do concurso de agentes?

(máximo de 15 linhas)

QUESTÃO 3 – Valor: 2,0 (dois) pontos

Partindo da análise do “princípio da confiança” e de sua relevância ao plano da imputação objetiva, considere o seguinte caso: “um cirurgião-chefe, em uma situação de divisão vertical de trabalho em equipe, nota que seu auxiliar, que era inexperiente, apresenta sinais evidentes de fadiga. O cirurgião-chefe, contudo, em face da divisão de trabalhos, não supervisiona o subordinado na sua tarefa específica, o qual, ao manusear o bisturi, com imperícia (decorrente da sua inexperiência) e negligência (provocada pela fadiga), atinge uma artéria e provoca a morte do paciente”. É possível imputar o delito de homicídio culposo, praticado pelo subordinado, também ao cirurgião-chefe? (resposta fundamentada)

(máximo de 15 linhas)

QUESTÃO 4 – Valor: 2,0 (dois) pontos

Um paciente de setenta anos foi levado por sua filha, durante a madrugada, a uma emergência de um hospital, com graves dificuldades respiratórias. Lá chegando, não havia nenhum médico plantonista, pois o profissional encarregado do plantão ainda não havia chegado em virtude de se encontrar em uma festa familiar, acabando por se atrasar ao ficar conversando com seus parentes. Um outro médico, que casualmente passava em frente ao hospital, foi instado a intervir, não o fazendo sob o argumento de que não trabalhava ali e, ademais, nada entendia de doenças respiratórias. Passados trinta minutos, o paciente veio a falecer. Analise e fundamente, em seus aspectos objetivos e subjetivos, os possíveis enquadramentos típicos das condutas dos dois médicos, dando, ao final, aquele mais adequado.

(máximo de 15 quinze linhas)